

## PALESTRA NO RECIFE EM 23 DE NOVEMBRO, 2012<sup>1</sup>

Luiz Costa Lima

Entendo que o convite para participar desta comemoração seria dirigido antes a Paulo Freire do que a mim. Assim o digo porquanto a revista *Estudos Universitários*, junto com a Rádio da Universidade, foram fundadas em conexão com o *Serviço de extensão cultural*, dirigido por aquele saudoso amigo. Ou, reconhecendo a generosidade dos responsáveis pelo convite, que ele seria extensivo a José Laurênio de Mello, aos muitos que colaboravam com a revista, com a Rádio Universitária e com o SEC. A “indesejada das gentes”, contudo, se antecipou, levou aqueles amigos e apenas a mim poupou.

No momento em que recebi o convite, não apenas, agradecido, o aceitei, como acrescentava que não faria uma evocação dos anos em que Paulo, Laurênio, Orlando da Costa Ferreira, Gastão de Holanda, Sebastião Uchoa Leite, os outros muitos colaboradores e eu trabalhamos em um projeto que hoje eu reconheço como era utópico; que não faria tal evocação se não estivesse seguro que aqueles amigos concordariam ser preferível dedicar o pouco tempo de que disponho a uma reflexão sobre

---

1 Palestra proferida quando da comemoração do cinquentenário da revista *Estudos Universitários* no auditório Gilda Lins, localizado na Editora da Universidade Federal de Pernambuco (EDUFPE).

os dias de agora. Mas, se uma reflexão pretende ser eficaz, deve deixar claro sobre que incide. Por isso acrescento: procurarei pensar sobre os rumos do pensamento sócio-filosófico contemporâneo.

Começo por diferenciá-lo do tempo que aqui se evoca. Nos anos imediatamente anteriores ao golpe de 1964, o mundo vivia na alternativa de dois sistemas sociais: o capitalismo e o socialismo marxista. Alguém poderá com razão contestar que a alternativa há algumas décadas já não existia, pois o stalinismo convertera o projeto socialista em uma das modalidades do totalitarismo que se espalhava pela Europa. Mas esta não era a perspectiva que então tínhamos. Em troca, hoje ninguém duvidará que o mundo vive sob um capitalismo globalizado. É dentro deste que então se dispõem as duas concepções epistemológicas que irei brevemente assinalar e ainda mais brevemente analisar. Elas ancoram, respectivamente, nos princípios do sujeito autocentrado, e da linguagem, i.e., do que nela textualmente se produz.

A primeira coincide com a abertura dos tempos modernos e encontrou seu lema na frase emblemática de Descartes: *cogito ergo sum*. Sobre ela, legitimou-se o primado da ciência, sendo justificada pela alegação de que assim o humanismo se realizava.

Embora o primado do sujeito autocentrado ainda encontre um grande propugnador na figura contemporânea de Edmund Husserl (1859-1938), a partir das últimas décadas do século XIX, essa concepção passou a se identificar com o pensamento conservador; como tal, temeroso das inovações. Prova sumária do que dizemos: na década de 1970, entre nós, quando uma mente conservadora se manifestava contra as tendências mais recentes, sem, por isso, querer se mostrar partidária da ditadura sob que vivíamos, recorria à defesa do humanismo, que estaria sendo traído pelo que se chamava de “razão analítica”.

A partir do fim da 2ª Grande Guerra, o mal-estar criado por tal tradicionalismo favoreceu a rápida propagação da linha contrária. Enfrentando o realce do *cogito*, levantava-se o primado da linguagem. Por economia de tempo, limito-me a chamar a atenção para um enunciado de Michel Foucault: “O ser da linguagem não aparece por si mesmo senão que no desaparecimento do sujeito”. A frase se encontra em um ensaio publicado em 1966, intitulado “La Pensée de dehors”, em que o “de fora” acentuava o que se dava e cumpria fora da interioridade do sujeito.

Ora, assim como a primazia do *cogito* servia de respaldo para um pensamento conservador, o primado da linguagem era o lema de um pensamento que se queria transformador. Por isso, deve-se associar à concepção do “pensamento de fora” aquele que, no mundo anglo-saxão, se tornou conhecido como o *linguistic turn*, difundido a partir do *Metahistory* (1973), de Hayden White. Embora as duas concepções fossem radicalmente distintas, ambas foram fortalecidas pela propagação da hermenêutica de fundo heideggeriano, que, formulada desde 1927, se expandiu pelo Ocidente, sobretudo depois do fim da Grande Guerra.

É verdade que, desde as últimas décadas do século XX, passou a ser cada vez mais compreendido que a pretensão transformadora que se fundava no primado da linguagem era contraditada por sua neutralização do sujeito, entendido como mero mensageiro de projetos e propostas determinados pelas estruturas sociais. Por isso o chamado desconstrucionismo, que englobava tanto os seguidores de Heidegger, como os então chamados pós-estruturalistas, passou a se desgastar, precisamente no ambiente em que mais havia prosperado: o das grandes universidades norte-americanas.

Na impossibilidade de acompanhar as mudanças então introduzidas, apenas aludamos muito brevemente ao modo como nos situamos. Não se trata, penso eu, de retornar ao velho *cogito* cartesiano, mas de reelaborá-lo de fio a pavio. Como assim? Desde logo, pela afirmação de que o ato de cogitar não se confunde com a fundação de um pensamento. E essa fundação, enquanto individual, muito menos é bastante para adquirir a força de expansão de um sistema irradiante, como foram os baseados nos princípios do sujeito autocentrado e da linguagem.

Uma imagem nos ajuda a transmitir mais rapidamente o que pretendemos dizer. A formulação de um pensamento *enquanto individual* constitui um sistema que pode conter uma enorme força interna de explicação. Mas, enquanto permanença individual, essa força não é bastante para abalar um modo de pensar estabelecido. Enquanto permanença individual, um pensamento, ainda que poderoso, é comparável a uma chispa que, ao disparar, atingisse um solo úmido ou encharcado. A chispa precisará encontrar um chão coberto de folhas secas que, alcançado, provoque uma explosão transformadora. Isso equivale a dizer o *cogito* tornou-se a explosão de que derivaram os tempos modernos menos pela força que o sistema cartesiano por si mesmo lhe concedia, senão porque encontrava um chão propício, não mais encharcado pela

umidade teológica que até então o impedira. Do mesmo modo, podemos dizer, a ele viria a se contrapor a afirmação da linguagem porque o sujeito do paradigma contrário era considerado como uno e integral. E porque o sujeito era considerado uno, tornava-se fácil identificá-lo com a ideia de Ser e contrapor esta ideia de Ser à ideia de existência (*Dasein*). É precisamente isso que fará Heidegger em sua obra de 1927, *Ser e tempo*, que, extremamente influente no pós 2ª Grande Guerra, servirá de respaldo a formulações como a lembrada há pouco de Foucault.

A proposta com que iniciaria a contraposição aos paradigmas antagônicos consiste em afirmar que a base do pensamento humano é um sujeito não uno, mas, ao contrário, internamente divergente, contraditório, fraturado, não no sentido negativo do termo, mas no positivo de internamente dissonante e desarmonico. A desarmonia do sujeito humano se manifesta pela discordância que se manifesta, em uma mesma faixa temporal, em suas atuações nas frentes ética, familiar, profissional, política, estética, religiosa, etc.

Como não haveria tempo para explicar o que apenas levemente expinho, pergunto-me por fim: que condições de propagar-se tem a chispa do sujeito internamente desarmonico? A resposta simples seria: à medida que formulada aqui, em um país ainda intelectualmente colonizado, sua possibilidade de propagação é nenhuma. Ou, noutra formulação: pensar que mais do que uns poucos poderiam levá-la a sério seria mais utópico que o projeto que agora se comemora. Por que assim senão em virtude de que nosso próprio chão é encharcado, incapaz de expandir as pequenas chispas que o atinjam. Por que encharcado? Porque para nossas elites políticas a única coisa que parece interessar ao desenvolvimento do país são as condições tecno-econômicas. Em troca, o que aqui expomos seria por elas considerado um tema de “cultura”, termo que, para nossas elites políticas, é apropriado para algo insignificante como os discursos de batizado, de formatura ou de casamento. Prova rápida do que se afirma: enquanto, segundo os economistas, estamos hoje entre as grandes economias do mundo, nosso sistema escolar, aí incluindo a universidade, se degrada de modo assustador.

Por fim, pensando em termos do que, nos primeiros anos da década de 1960, preocupava Paulo Freire: enquanto para ele o combate contra o analfabetismo dominante no país merecia o sacrifício da prisão, do exílio, do ostracismo, hoje o problema assume outro ângulo: talvez nenhum sacrifício seja agora suficiente para ir de encontro à nova

face do país. Que nova face? A de um lugar em que à diminuição do analfabetismo corresponde o aumento de algo de que é pouco polido falar-se: *o aumento dos analfabetos alfabetizados*. Para esses, nada mais importa senão o preço do dólar, a balança de pagamentos, o aumento das exportações, a valorização das ações na bolsa. Daí, por exemplo, o descaso com que tem sido tratada a questão da população indígena dos Guarani-Kaiowá, expulsa das terras em que ela, há séculos, tinha seu modo de vida estabelecido, por força do *agrobusiness* matrogrossense ou a expropriação das terras ribeirinhas de outra população indígena, para que aí se instale uma hidroelétrica. Deste modo, como disse em entrevista recente o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, o Brasil tem perdido a oportunidade de mostrar ao mundo outro modo de lidar com a diversidade dos povos e suas culturas, de não confundir progresso com a destruição de povos não poderosos.

Em suma, para o que foi aqui dito não seja absolutamente inútil, gostaria de solicitar às autoridades presentes que, na medida de suas forças, alertem aos que nos dirigem que a miséria de nosso sistema educacional terminará por tornar ilusório o crescimento apenas tecno-econômico que tanto os preocupa. Mas essa solicitação não continua a manter a utopia com que me referi ao projeto que Paulo dirigira?